

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



**Projeto Pedagógico do Programa  
Especial de Formação Pedagógica de  
Docentes para a Educação Profissional**

Rio Grande, 04 de fevereiro de 2015.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA RIO GRANDE DO SUL**

**Projeto Pedagógico do Programa  
Especial de Formação Pedagógica de  
Docentes para a Educação Profissional**

ELABORAÇÃO:

Cleiva Aguiar de Lima

Luis Humberto Ferrari Loureiro

Márcia Cristina Souza Madeira Malta Pinto

Paulo Valério Saraçol

Thaís de Oliveira Nabaes

Vinícius Lima Lousada

Conforme Portaria nº236/2014

Rio Grande, 04 de fevereiro de 2015.

## DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

**Tipo:** Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para os Componentes do Currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional em Nível Médio.

**Modalidade:** Presencial.

**Denominação do curso:** Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes<sup>1</sup> para a Educação Profissional.

**Habilitação:** Equivalente à Licenciatura Plena<sup>2</sup> na forma de certificado<sup>3</sup>, no qual constará a área de atuação de acordo com o estágio realizado (Resolução CONSUP n. 009, de 07 de março de 2012), compatível com a área de graduação apresentada no diploma no ato da matrícula<sup>4</sup>, para atuação docente na educação profissional em nível médio.

**Local de oferta:** IFRS – Câmpus Rio Grande.

**Turno de funcionamento:** Noturno.

**Tempo de integralização:** Três semestres.

**Tempo máximo de integralização:** seis semestres

**Número de vagas:** 30 (trinta).

**Periodicidade de oferta:** De 1 ano e 6 meses em 1 ano e 6 meses .

**Dias de aulas:** Segunda-feira, terça-feira e quarta-feira.

**Carga horária total:** 800 horas.

**Mantida:** IFRS.

**Corpo dirigente:**

Diretor Geral:

Luis Angelo Sobreiro Bulla, E-mail: [angelo.bulla@riogrande.ifrs.edu.br](mailto:angelo.bulla@riogrande.ifrs.edu.br)

<sup>1</sup> [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_resol02\\_26junho\\_1997.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol02_26junho_1997.pdf)

<sup>2</sup> [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20123111797880resol\\_009\\_2012.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20123111797880resol_009_2012.pdf)

<sup>3</sup> Conforme Artigo 10 da Resolução CNE/CEB Nº 02/97 ([http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE\\_CEB02\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB02_97.pdf)).

<sup>4</sup> Conforme IN PROEN n. 02 de 31 de maio de 2012 ([http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201254933782in\\_2\\_de\\_2012-\\_dispoes\\_acerca\\_dos\\_estagios\\_nos\\_cursos\\_de\\_formacao\\_pedagogica.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201254933782in_2_de_2012-_dispoes_acerca_dos_estagios_nos_cursos_de_formacao_pedagogica.pdf))

Diretor de Ensino:

Ivoni Carlos Acunha Júnior, E-mail: [ivoni.acunha@riogrande.ifrs.edu.br](mailto:ivoni.acunha@riogrande.ifrs.edu.br)

Diretora de Pesquisa e Inovação:

Miguel da Guia Albuquerque, E-mail: [miguel.albuquerque@riogrande.ifrs.edu.br](mailto:miguel.albuquerque@riogrande.ifrs.edu.br)

Diretor de Extensão, Cultura e Relação Instituto-Empresa:

Viviani Rios Kwecko, E-mail: [viviani.kwecko@riogrande.ifrs.edu.br](mailto:viviani.kwecko@riogrande.ifrs.edu.br)

Diretor de Desenvolvimento Institucional:

Fabio Rios Kwecko, E-mail: [fabio.kwecko@riogrande.ifrs.edu.br](mailto:fabio.kwecko@riogrande.ifrs.edu.br)

Diretor de Administração e Planejamento:

Alessandra Ruiz Trevisol, E-mail: [alessandra.trevisol@riogrande.ifrs.edu.br](mailto:alessandra.trevisol@riogrande.ifrs.edu.br)

Coordenador do Curso:

Márcia Cristina Souza Madeira Malta Pinto, E-mail:

[marcia.madeira@riogrande.ifrs.edu.br](mailto:marcia.madeira@riogrande.ifrs.edu.br)

Rio Grande, 04 de fevereiro de 2015.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| 1. Apresentação   | 06 |
| 2. Caracterização   | 07 |
| 2.1 Caracterização do Câmpus Rio Grande                       | 08 |
| 3. Justificativa  | 10 |
| 4. Objetivos  | 12 |
| 4.1 Objetivo Geral  | 12 |
| 4.2 Objetivos Específicos                                     | 12 |
| 5. Perfil do licenciado                                       | 13 |
| 6. Perfil do Curso  | 14 |
| 7. Representação Gráfica do Perfil de Formação                | 15 |
| 8. Público –alvo  | 16 |
| 9. Formas de ingresso   | 16 |
| 10. Frequência mínima obrigatória                             | 17 |
| 11. Organização Curricular                                    | 17 |
| 12. Eixos Transversais  | 34 |
| 12.1 Educação Ambiental                                       | 34 |
| 12.2 Educação em Direitos Humanos                             | 35 |
| 12.3 Educação nas Relações Étnico Raciais                     | 35 |
| 13. Metodologia de Ensino                                     | 36 |
| 14. Avaliação da Aprendizagem                                 | 37 |
| 15. Aproveitamento de Estudos e Certificação de Conhecimentos | 39 |
| 16. Estágio Curricular  | 39 |
| 17. Trabalho de Conclusão de Curso                            | 40 |
| 18. Instalações, Equipamentos e Biblioteca                    | 40 |
| 19. Pessoal Técnico Administrativo em Educação                | 42 |
| 20. Corpo Docente   | 42 |
| 21. Titulação do Egresso                                      | 43 |
| 22. Núcleo Docente Estruturante                               | 43 |
| 23. Colegiado do Curso  | 44 |
| 24. Avaliação do Curso  | 45 |
| 25. Casos Omissos   | 45 |
| 26. Referências   | 45 |

## 1. APRESENTAÇÃO

O **Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para Educação Profissional** proposto pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Câmpus Rio Grande, origina-se de uma reorganização do curso de Licenciatura para Educação Profissional e Tecnológica.

A oferta deste Programa Especial de Formação Pedagógica, objetiva formar docentes para atuar na Educação Profissional, oportunizando a apropriação e o desenvolvimento de pedagogias que atendam às especificidades da Educação Profissional Básica, Técnica de nível Médio. Este curso proporcionará a construção de conhecimento específico na Educação Profissional por meio da problematização das dimensões da didática: humana, técnica e político-social.

Com base no artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96, a formação de docentes para atuar na educação básica deverá ser de nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. Além disso, o artigo 63 ressalta que os institutos superiores de educação manterão programas de formação pedagógica, para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à docência na educação básica. Nessa perspectiva, o curso destina-se aos egressos de cursos superiores, portadores de diplomas de bacharelado e tecnólogos que buscam a formação pedagógica para atuar na Educação Profissional Básica, Técnica de Nível Médio.

O curso busca a valorização da trajetória de cada estudante, que pela compreensão de sua subjetividade possa perceber a Educação Profissional de forma contextualizada: o entendimento da importância da educação permanente considerando a incompletude de qualquer processo formativo; a construção dos saberes pedagógicos que aproximam teoria e prática, escola e mundo do trabalho; a compreensão da pesquisa como princípio educativo; a problematização sobre os direitos humanos, comunicação não-violenta e o saber ambiental, na busca de novos modos de produção de bens materiais e suas relações sociais, tendo como perspectiva a transformação da Ciência, Tecnologia e Sociedade.

O curso visa atender às demandas oriundas do processo de expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, de modo a fundamentar e formar pedagogicamente profissionais para atuarem como docentes da Educação Profissional.

Possui como pressupostos a integração entre educação, trabalho, ciência e tecnologia, entendidas na relação com a sociedade. Além da, superação do paradigma da educação por disciplinas, possibilitando a construção de interfaces entre os conhecimentos gerais e os específicos. A organização do curso por módulos, busca a aproximação dos fundamentos que sustentam os processos de ensino e aprendizagem com as particularidades da Educação Profissional Básica, Técnica de nível Médio.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DO IFRS**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) foi criado pela Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008 e conta com dezessete Câmpus, doze implementados, a saber: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga, Rio Grande e Sertão. Também há cinco Câmpus em processo de implantação, são eles: Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão.

Por força de Lei, o Instituto é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação gozando de prerrogativas com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Com o intuito de oferecer processos formativos para um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho; desenvolver pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e democratização do conhecimento, considerando a comunidade em todas as suas representações. A essência das ações do IFRS está fundamentada na prática da consolidação de fomento à formação profissional, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão (IFRS, 2009). Nesse sentido, representa uma oportunidade de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico da sociedade gaúcha e do Brasil.

A partir dessa articulação, enquanto instituição pertencente à Rede Federal, o IFRS visualiza a educação associada às dimensões do trabalho, da ciência e da cultura. Desta forma, conforme apontado nas concepções e diretrizes dos institutos federais, a Educação Profissional e Tecnológica deve buscar o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade (BRASIL, 2010). Tal questão passa pela necessidade de compreensão do trabalho como princípio educativo e conseqüentemente, pela formação pedagógica docente dentro da realidade da Educação Profissional.

### 2.1 Caracterização do Câmpus Rio Grande.

O Programa Especial de Formação Pedagógica para a Educação Profissional será oferecido pelo IFRS - Câmpus Rio Grande, na cidade do Rio Grande, situada a sudoeste da desembocadura da Lagoa dos Patos, no estado do Rio Grande do Sul. A instituição tem sua origem no Colégio Técnico Industrial (CTI), criado em 1964 junto a Escola de Engenharia Industrial.

Os primeiros cursos técnicos de nível médio, equivalentes à atual modalidade de ensino integrado, foram: Eletrotécnica Industrial e Refrigeração Industrial e Doméstica. Posteriormente, passaram a ser denominados Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado. Esses cursos além das disciplinas profissionalizantes contemplavam disciplinas da formação geral.

Com a criação, em 1969, da Fundação Universidade do Rio Grande, (atual Universidade Federal do Rio Grande - FURG), foi incorporado além da Escola de Engenharia Industrial e outras faculdades existentes na cidade, o CTI.

Em 1987, foi criado junto ao CTI o curso Técnico em Processamento de Dados posteriormente, denominado Técnico em Informática, e em 1998, criados os cursos Técnico em Geomática e Técnico em Enfermagem.

Em 2007, o CTI aderiu ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), oferecendo o Curso Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado.

Em 2008, em parceria com a FURG, o CTI ofereceu o curso de nível superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e a partir de 2009, os cursos: Tecnologia em Refrigeração e Climatização e Tecnologia em Eficiência Energética em Edificações.

Em 2010, com a reestruturação da Educação Profissional, o CTI passou a integrar o IFRS, desvinculando-se da FURG. No mesmo ano, foi planejado e implementado o curso de Licenciatura para Educação Profissional e Tecnológica que está com ingresso suspenso, cuja demanda será suprida pela presente proposta de Programa Especial de Formação Pedagógica para Docentes da Educação Profissional.

Em 2011, foi criado o curso Técnico em Fabricação mecânica com oferta para Integrado ao Ensino Médio.

Em 2013, os cursos superiores anteriormente referidos passaram a ser integrantes plenos do quadro de formação do Câmpus Rio Grande, após o período de transição de desvinculação da FURG.

Em 2014, o curso Técnico em Fabricação mecânica passou a ofertar também o Subseqüente ao Ensino Médio.

Atualmente, os cursos regulares oferecidos pelo Câmpus Rio Grande são:

**a) Cursos Técnicos<sup>5</sup>**

- Técnico em Automação Industrial (integrado, subsequente e PROEJA);
- Técnico em Desenvolvimento de Software (integrado e à distância);
- Técnico em Eletrotécnica (integrado, subsequente e PROEJA);
- Técnico em Enfermagem (subsequente);
- Técnico em Fabricação Mecânica (integrado);
- Técnico em Geoprocessamento (integrado, subsequente e PROEJA);
- Técnico em Refrigeração e Climatização (integrado, subsequente e PROEJA).

**b) Cursos Superiores**

- Engenharia Mecânica. Previsto para ingresso em 2015;
- Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica<sup>6</sup>;

---

<sup>5</sup> Os cursos na modalidade PROEJA tiveram o seu ingresso suspenso em 2014. O novo curso de PROEJA está em processo de autorização.

- Licenciatura em Matemática (EAD). Previsto para ingresso em 2015;
- Técnico em Administração – PROEJA. Previsto para 2015;
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
- Tecnologia em Construção de Edifícios;
- Tecnologia em Refrigeração e Climatização.

**c) Pós-Graduação Lato Sensu**

- Especialização em Mídias na Educação (EAD). Previsto para 2015.

### **3. JUSTIFICATIVA**

A proposta de um Programa Especial de Formação Pedagógica de docentes para a Educação Profissional justifica-se especialmente a partir das seguintes razões pedagógicas, que buscam a compreensão sobre: as teorias da educação, especialmente ligadas ao ensino e à aprendizagem; os processos avaliativos numa perspectiva emancipatória; conhecimentos básicos sobre a organização da vida escolar; a organização e a estrutura do ensino; dentre outras razões fundamentais ao processo do ensino e da aprendizagem. Além desses aspectos, cabe ressaltar que a especificidade do ensino profissional exige que se pense nas concepções desse ensino. No entanto, ainda são poucos os cursos que articulam a formação profissional com a formação pedagógica, e por isso, ocorre carência de professores com formação docente para atuar nas disciplinas profissionalizantes. Na Educação Profissional, atuam engenheiros, arquitetos, administradores, e outros bacharéis, que em grande maioria, exercem a docência na Educação Profissional Técnica de nível Médio sem a devida formação pedagógica.

Conforme o documento publicado pelo Ministério da Educação intitulado “Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepções e diretrizes”, é necessário e urgente a oferta de formação pedagógica para as disciplinas profissionalizantes do ensino técnico de nível médio. Isso porque há falta de profissionais habilitados para a docência necessários ao trabalho em educação. Além disso, devido às características da Educação Profissional e a conseqüente necessidade de professores com

---

<sup>6</sup> Está sofrendo adaptações por meio desta proposta de Projeto Pedagógico de Curso.

conhecimentos de conteúdos e de metodologias vinculados à realidade, o que inclui apropriação das tecnologias, desenvolvimento sustentável, abertura ao trabalho coletivo e à ação crítica cooperativa (BRASIL, 2010).

Por conta dessa necessidade, a oferta de Programas Especiais de Formação Pedagógica contempla a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Em seu Art.7º, a Lei estabelece os objetivos dos Institutos Federais, entre os quais ministrar cursos em nível de educação superior através de licenciaturas, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, e para a Educação Profissional (BRASIL, 2008). Essa legislação visa sanar um problema de formação docente que existe no sistema educacional brasileiro, especialmente nas instituições que oferecem a Educação Profissional.

Assim, vislumbra-se o interesse de profissionais graduados com intenção de atuar como docentes na Educação Profissional Básica Técnica de nível Médio. Acredita-se, portanto, que é preciso intensificar a construção da identidade profissional na docência, atendendo a demanda gerada pela expansão da Rede Federal de Educação. O que ilustra bem esse fato é o caso do IFRS, que estabeleceu nos últimos concursos docentes a exigência de formação pedagógica para os professores não licenciados, a ser cursada no transcurso da execução do estágio probatório, conforme se verifica nos últimos editais.

Essa exigência propõe ao IFRS, ainda que não tenha obrigação específica como instituição em ofertar a formação pedagógica a esses profissionais, a necessidade de contribuir com a qualificação e formação pedagógica inicial e continuada de seu quadro docente.

Em recente levantamento solicitado pela Pró-reitoria de Ensino à Direção de Gestão de Pessoas do Instituto, verificou-se que há mais de 40 professores concursados não-licenciados no Câmpus Rio Grande atuando em todos os níveis de ensino profissional. Além disso, há de se considerar a demanda dessa formação pelos docentes de outras instituições, públicas ou privadas no âmbito da região do Câmpus.

Os Programas Especiais de Formação Pedagógica encontram respaldo nos seguintes dispositivos da legislação educacional: Lei nº 11.892, de 29 de

dezembro de 2008, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Resolução CNE nº 02, de 26 de junho de 1997; e a Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012. Esta última resolução, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, define em seu artigo nº 40, que a formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio deve ser realizada em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Contudo, textualmente, essa resolução não deixa de assegurar aos professores graduados, não licenciados e em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, o direito de participar ou ter reconhecidos seus saberes profissionais em processos destinados à formação pedagógica ou à certificação da experiência docente, equivalentes às licenciaturas, tal como se encontra exarado no segundo parágrafo do artigo supracitado.

#### **4. OBJETIVOS**

##### **4.1 Objetivo geral**

Proporcionar aos profissionais portadores de diploma de cursos superiores, a formação pedagógica necessária ao exercício da docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, compromissada na articulação entre teoria e prática, nos direitos humanos e na Educação Profissional articulada com a realidade social.

##### **4.2 Objetivos específicos**

- Habilitar profissionais graduados, em diversas áreas de conhecimento, para a atuação docente na Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Difundir o trabalho como princípio educativo na perspectiva de uma Educação Profissional emancipatória;
- Sensibilizar os estudantes para a inserção da pesquisa como elemento instituinte da prática docente, portanto, formador do educador;
- Articular a formação pedagógica com os conteúdos específicos da formação profissional, garantindo a superação da dicotomia entre teoria

e prática; tendo em vista a constituição de uma práxis pedagógica, cujo diálogo entre teoria e prática se configure em um saber da prática docente;

- Mobilizar os estudantes para a formação continuada, com vistas à atualização permanente nas áreas do conhecimento específico e pedagógico;
- Incentivar a articulação, na práxis educativa, entre ensino, pesquisa e extensão;
- Discutir de forma problematizadora, temáticas transversais como, educação ambiental; educação em direitos humanos; igualdade racial e de gênero; e ética da diversidade no cotidiano formativo dos estudantes, tendo em vista, a efetivação de uma formação pedagógica humanizadora, politicamente engajada e ambientalmente situada;
- Promover e problematizar os saberes produzidos na discussão entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

## **5. PERFIL DO LICENCIADO**

**O Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional do IFRS Câmpus Rio Grande**, no contexto de uma instituição pública da rede federal, deve proporcionar uma formação profissional que contribua com as práticas educativas dos professores em formação, ao mesmo tempo em que promova uma perspectiva de Educação Profissional emancipatória. Ou seja, deve ser compromissada com uma formação que promova os saberes da competência técnica de forma relacionada à formação ética e cidadã dos estudantes. Por isso, espera-se que os licenciados compreendam os paradigmas que orientam a Educação Profissional a fim de tornarem-se:

- Profissionais habilitados para a docência na Educação Profissional de nível Médio nas áreas de formação específica;
- Sujeitos críticos em relação a sua atuação docente, suas trajetórias e os desafios atuais na Educação Profissional, considerando as relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade;

- Profissionais conscientes das exigências éticas, pedagógicas e da relevância social dos conhecimentos, habilidades e valores construídos no mundo e no contexto da Educação Profissional;
  - Profissionais autônomos, cooperativos e comprometidos com a Educação Profissional articulada com a realidade social;
- Educadores cuja práxis pedagógica dissemine, em alguma medida, uma cultura de sustentabilidade, uma ética da diversidade e saberes e vivências pertinentes à Educação em direitos humanos.

## **6. PERFIL DO CURSO**

O Programa Especial de Formação Pedagógica para Docentes da Educação Profissional disponibiliza aos seus concluintes uma formação pedagógica voltada para a Educação Profissional. Está organizado com base na Resolução do CNE nº 2, de 26 de junho de 1997, a qual dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio, determina que:

Art. 1º A formação de docentes no nível superior para as disciplinas que integram as quatro séries finais do ensino fundamental, o ensino médio e a educação profissional em nível médio, será feita em cursos regulares de licenciatura, em cursos regulares para portadores de diplomas de educação superior e, bem assim, em programas especiais de formação pedagógica estabelecidos por esta Resolução.

Parágrafo único: Estes programas destinam-se a suprir a falta nas escolas de professores habilitados, em determinadas disciplinas e localidades, em caráter especial.

Art. 2º O programa especial a que se refere o art. 1º é destinado a portadores de diploma de nível superior, em cursos relacionados à habilitação pretendida, que ofereçam sólida base de conhecimentos na área de estudos ligada a essa habilitação.

Parágrafo único: A instituição que oferecer o programa especial se encarregará de verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a disciplina para a qual pretende habilitar-se.

Art. 3º Visando a assegurar um tratamento amplo e a incentivar a integração de conhecimentos e habilidades necessários à formação de professores, os programas especiais deverão respeitar uma estruturação curricular articulada nos seguintes núcleos:

a) **NÚCLEO CONTEXTUAL**, visando à compreensão do processo de ensino-aprendizagem referido à prática da escola, considerando tanto as relações que se passam no seu interior, com seus participantes, quanto as suas relações, como instituição, com o contexto imediato e o contexto geral onde está inserida.

b) **NÚCLEO ESTRUTURAL**, abordando conteúdos curriculares, sua organização seqüencial, avaliação e integração com outras disciplinas, os métodos adequados ao desenvolvimento do conhecimento em pauta, bem como sua adequação ao processo de ensino-aprendizagem.

c) **NÚCLEO INTEGRADOR**, centrado nos problemas concretos enfrentados pelos alunos na prática de ensino, com vistas ao planejamento e reorganização do trabalho escolar, discutidos a partir de diferentes perspectivas teóricas, por meio de projetos multidisciplinares, com a participação articulada dos professores das várias disciplinas do curso.

Neste sentido, o Programa Especial para Formação Pedagógica de Docentes da Educação Profissional apresenta em seu perfil a busca pela produção do conhecimento contextualizado que contribua para as condições de trabalho e de vida dos cidadãos por meio de saberes pedagógicos teóricos e práticos, éticos, inclusivos, críticos e criativos.

## **7. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO**

O programa Especial de Formação Pedagógica para Docentes da Educação Profissional se desenvolverá modularmente, distribuídos em três

semestres, tendo tempo de integralização de um ano e meio O quadro a seguir demonstra os Módulos e os respectivos componentes curriculares que compõem cada semestre.

| Módulo I<br>Contextual   | Módulo II<br>Estrutural   | Módulo III<br>Integrador   |
|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>•História da Educação Profissional no Brasil</li> <li>•Juventude, Educação e Trabalho</li> <li>•Fundamentos da Educação Profissional</li> <li>•Políticas e Legislação da Educação Profissional</li> <li>•Teorias da Educação</li> <li>•Pesquisa em Educação</li> <li>•Trabalho de Conclusão de Curso I</li> <li>•Estágio I</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>•Organização didático-pedagógica da Educação Profissional I</li> <li>•Teorias do Currículo</li> <li>•Teorias da Aprendizagem e o Desenvolvimento Humano</li> <li>•Neurociência e Educação</li> <li>•Inclusão Educacional</li> <li>•Trabalho de Conclusão de Curso II</li> <li>•Estágio II</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>•Organização didático-pedagógica da Educação Profissional II</li> <li>•Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Profissional</li> <li>•Educação Profissional de Jovens e Adultos</li> <li>•LIBRAS</li> <li>•Educação em Direitos Humanos               <ul style="list-style-type: none"> <li>•Formação e Profissionalização docente</li> </ul> </li> <li>•Trabalho de Conclusão de Curso III</li> <li>•Estágio III</li> </ul> |

## 8. PÚBLICO-ALVO

Com base no Art. 2 da Resolução 02/97 do CNE o público-alvo deste Programa Especial de Formação Pedagógica para Docentes da Educação Profissional é destinado à “portadores de Diplomas de curso em nível superior, em cursos relacionados a habilitação pretendida, que ofereçam sólida base de conhecimentos na área de estudos ligada a essa habilitação”, e que tenham por foco, a docência na Educação Profissional, especificamente, no nível médio de instituições públicas, comunitárias ou privadas.

## 9. FORMAS DE INGRESSO

O ingresso de estudantes observará as normas, processos e fluxos estabelecidos na Política de Ingresso Discente do IFRS e resultará de um processo seletivo cujo detalhamento será estabelecido em edital específico

publicado pelo Câmpus Rio Grande, organizado pela COPERSE, local em parceria com a coordenação do curso e direção de ensino.

## **10. FREQUENCIA MÍNIMA OBRIGATÓRIA**

A frequência mínima obrigatória é de 75% em cada Módulo.

## **11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

A organização curricular do Programa Especial de Formação Pedagógica para Docentes da Educação Profissional do Câmpus Rio Grande apresenta um compromisso com a Educação Profissional, buscando a perspectiva da totalidade, articulando: trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

Conforme o Projeto Pedagógico Institucional do IFRS:

O currículo precisa expressar os anseios da comunidade escolar, incluindo-se as vozes das culturas silenciadas, para que, através dele, se realizem os fins da proposta educacional. Dessa forma, a organização curricular do IFRS terá como diretriz a formação humana, ou seja, formar cidadãos/trabalhadores que compreendam a realidade e possam satisfazer as suas necessidades transformando a si e ao mundo (p. 22).

Busca-se dessa forma, uma sólida formação pedagógica, em bases éticas, humanísticas e articuladas à realidade profissional.

O Programa Especial de Formação Pedagógica, estando de acordo com a legislação em vigor será organizado em três módulos, a saber: Módulo I, Módulo II e Módulo III, totalizando 800h. Essa organização curricular está apresentada no Quadro 1 a seguir, onde consta os módulos, seus componentes curriculares e as respectivas cargas horárias. Quanto as ementas e especificidades de cada componente curricular que integra o módulo I estão apresentadas na sequência, no Quadro 2, com suas respectivas cargas horárias.

## Quadro 1 – Organização curricular<sup>7</sup>

| MÓDULO                                 | COMPONENTE CURRICULAR  | CARGA HORÁRIA  |
|--|--|----------------|
| I<br>CONTEXTUAL                        | 1. História da Educação Profissional no Brasil                       | 31h            |
|  | 2. Juventude, Educação e Trabalho                                    | 25h            |
|  | 3. Fundamentos da Educação Profissional                              | 31h            |
|  | 4. Políticas e Legislação da Educação Profissional                   | 25h            |
|  | 5. Teorias da Educação   | 18h            |
|  | 6. Pesquisa em Educação  | 22h            |
|  | 7. Trabalho de Conclusão de Curso I                                  | 15h            |
|  | <b>Subtotal</b>  | <b>167h</b>    |
|  | Estágio I  | 75h            |
|  | Subtotal 1   | 242h           |
| II<br>ESTRUTURAL                       | 8. Organização didático-pedagógica da Educação Profissional I        | 41h            |
|  | 9. Teorias do Currículo  | 28h            |
|  | 10. Teorias da Aprendizagem e o Desenvolvimento Humano               | 28h            |
|  | 11. Neurociência e Educação  | 28h            |
|  | 12. Inclusão Educacional   | 28h            |
|  | 13. Trabalho de Conclusão de Curso II                                | 15h            |
|  | <b>Subtotal</b>  | <b>168h</b>    |
|  | Estágio II   | 75h            |
|  | Subtotal 2   | 243h           |
| III<br>INTEGRADOR                      | 14. Organização didático-pedagógica da Educação Profissional II      | 31h            |
|  | 15. Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Profissional | 24h            |
|  | 16. Educação Profissional de Jovens e Adultos                        | 18h            |
|  | 17. LIBRAS   | 31h            |
|  | 18. Educação em Direitos Humanos                                     | 22h            |
|  | 19. Formação e Profissionalização docente                            | 24h            |
|  | 20. Trabalho de Conclusão de Curso III                               | 15h            |
|  | <b>Subtotal</b>  | <b>165,00h</b> |
| Estágio III                            | 150,00h  |                |
|  | Subtotal 3   | 315h           |
| <b>Total de aulas</b>                  |  | <b>500h</b>    |
| <b>Estágio</b>                         |  | <b>300h</b>    |
| <b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO CURSO</b> |  | <b>800h</b>    |

<sup>7</sup> O tempo de cada encontro é de 185 minutos.

## Quadro 2 – Módulo I: Núcleo Contextual

| <b>NÚCLEO CONTEXTUAL</b>  |  |                      |
|---|--|----------------------|
| <b>COMPONENTE CURRICULAR</b>  | <b>EMENTAS</b>   | <b>CARGA HORÁRIA</b> |
| <b>1. História da Educação Profissional no Brasil</b>   | Concepções de Educação Profissional na história da educação. Introdução e objetivos da Educação Profissional. Percursos e contextos da Educação Profissional no Brasil.  | 31h                  |
| <b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  |  |                      |
| <p>CUNHA, Luiz Antônio <b>Educação Brasileira: Projetos em Disputa</b>. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>CUNHA, Luiz. <b>Ensino Profissional e a irradiação do industrialismo no Brasil</b>. São Paulo, Editora da UNESP/Flacso 2005, 2ª edição.</p> <p>MANFREDI, Silvia Maria. <b>Educação Profissional no Brasil</b>. Rio de Janeiro: Cortez, 2003.</p>  |  |                      |
| <b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  |  |                      |
| <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. <b>História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil</b>. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive.(org.) <b>500 anos de educação no Brasil</b>. Belo Horizonte: Autêntica, 2000</p> <p>MANACORDA, Mario Alighiero. <b>História da Educação: das antiguidades aos nossos dias</b>. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>MOLL, Jaqueline. <b>Educação Profissional no Brasil Contemporâneo</b>. Porto Alegre: ArtMed, 2010.</p> <p>MOURA, Dante Henrique. <b>Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração</b>. Holos, Ano 23, Vol. 2 – 2007.</p> |  |                      |
| <b>2. Juventude, educação e trabalho.</b>   | Culturas juvenis. Fundamentos das relações entre trabalho e educação. O trabalho como princípio educativo. Educação e Capitalismo. As relações entre educação, mercado de trabalho e mundo do trabalho. Relações entre sistemas de produção de bens materiais, profissionalização e formação do trabalhador. Educação Popular como referência para outra perspectiva entre | 25h                  |

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise (orgs). **Ensino médio integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

KUENZER, Acacia Zeneida. **A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 877-910, out. 2006 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007, p. 152 – 180.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CIAVATTA, Maria (ORG.) Gaudêncio Frigotto: **um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. In RAMOS, Marise, et al, (Org). Ensino Médio integrado concepções e contradições. São Paulo: Cortez. 2010.

KUENZER. Acácia. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação Profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAVIANI, Demerval. **O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias**. Disponível em <http://forumeja.org.br/go/files/demerval%20saviani.pdf>.

|  |   |     |
|--|---|-----|
| <b>3. Fundamentos da Educação Profissional</b> | Educação como cultura. Bases teóricas da Educação Profissional e suas interfaces com a Ciência e a Tecnologia. Interesses sociais na Ciência. Conceito Positivista de Ciência e Tecnologia. A Escola de Frankfurt e sociologia do conhecimento. Negação da neutralidade científica. Educação, Ambiente e Sociedade. A função social das Instituições de Educação Profissional nas sociedades complexas. Movimentos sociais e Educação Profissional. | 31h |
|--|---|-----|

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARAUJO, Alberto Borges. **Educação tecnológica para a indústria brasileira**. In: Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica: Brasília, 2008. Volume I.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação profissional e tecnológica:**

memórias, contradições e desafios. Campos de Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2006.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. (Tradução: Arthur Morão). Lisboa – Portugal: Edições 70, 1968.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo; Ed. UNESP, 2005a.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo; Ed. UNESP, 2005b.

LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. trad. Silvana Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. (Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira) 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998 (Coleção Debates).

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. **A Tecnologia e a Educação Tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual**. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/2010/Pedagogia/atecnologiaedtecnologicaok.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/atecnologiaedtecnologicaok.pdf)

|   |             |   |     |
|---|-------------|---|-----|
| <b>4. Políticas da Legislação Educação Profissional</b> | <b>e da</b> | LDBEN (Lei nº 9394/96). Plano Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional. Decretos e outras legislações pertinentes. Legislação ambiental. ECA. Estatuto da Juventude e do idoso. | 25h |
|---|-------------|---|-----|

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9394 de 1996** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução 06 de 2012**. – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 11.892 de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 11.645, de 10.03.2008** - Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 10.639, de 10.01.2003** - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a

obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 9.795, de 27 de Abril DE 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios.** Campos de Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2006.

WERMELINGER, Mônica; MACHADO, Maria Helena; AMÂNCIO FILHO, Antenor. **Políticas de educação profissional: referências e perspectivas.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ. Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 207-222, abr./jun. 2007.

|                               |  |     |
|-------------------------------|--|-----|
| <b>5. Teorias da Educação</b> | Epistemologias que fundamentam a prática docente. Tendências Pedagógicas da educação. Teóricos que fundamentam a Educação em diferentes períodos históricos. | 18h |
|-------------------------------|--|-----|

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas.** São Paulo: Editora Ática, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** Cortez, (coleção polêmicas do nosso tempo).

STRECK, Danilo Romeu. **Correntes pedagógicas: uma abordagem interdisciplinar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 167 p.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação.** 2 ed. revista e ampliada. São Paulo: Moderna, 2000. 254 p. ISBN 8516014770.

BECKER, F. **A epistemologia do professor.** Petrópolis: Vozes, 1993.

BICCA, Luiz. **Racionalidade Moderna e Subjetividade.** São Paulo: Loyola, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2.ed. Campinas: Autores Associados.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** Campinas, SP: Autores Associados, 1991. 2ª ed.

|                                |  |     |
|--------------------------------|--|-----|
| <b>6. Pesquisa em Educação</b> | Paradigmas de Pesquisa em Educação. Pesquisa quantitativa e qualitativa. Metodologia de pesquisa em educação. Análise das informações. | 22h |
|--------------------------------|--|-----|

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GHEDIN, Evandro e FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método:**

na construção da pesquisa em educação. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Editora Vozes, 2003.

PEREIRA, Vilmar Alves; CLARO, Lisiane Costa. **Epistemologia & Metodologia: nas pesquisas em educação**. Passo Fundo: Méritos, 2012.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉ, Marli Eliza. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

|   |              |   |     |
|---|--------------|---|-----|
| <b>7. Trabalho de Conclusão Curso I</b> | <b>de de</b> | Memorial descritivo: Escritas narrativas sobre a trajetória escolar e profissional. | 15h |
|---|--------------|---|-----|

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRONER, Ester Maria. A escrita de diários no processo de formação profissional. In: PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura (org.). **Porque escrever é fazer história: revelações, subversões e superações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. p. 303-321.

CANÁRIO, Rui. Prefácio. In: PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura (org.). **Porque escrever é fazer história: revelações, subversões e superações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. p. 11-16.

FUJIKAWA, Mônica M. **A escrita como pretexto de reflexão da prática pedagógica e como estratégia de intervenção na formação de professores**. In: PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura (org.). **Porque escrever é fazer história: revelações, subversões e superações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. p. 234-244.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Joaquim Gonçalves; HESS, Remi. **O diário de pesquisa: estudante universitário e seu processo formativo**. Brasília: Liberlivro, 2010. 103 p.

CASALI, Alipio. O legado de Paulo Freire para a pesquisa (auto)biográfica. In: PASSEGG, Maria da Conceição; BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre. **Narrativas de formação e saberes biográficos**. Natal, RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2008. p. 25-44.

COLELLO, Silvia Maria Gasparian. **A escola que (NÃO) ensina a escrever**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 286 p.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2006.

MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso: O princípio da pesquisa**. Ijuí: UNIJUI, 2003.

|   |  |     |
|---|--|-----|
| Estágio I   | Análise sobre uma Escola de Educação Profissional. | 75h |
| <b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  |  |     |
| LIBÂNEO, José Carlos. <b>Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática</b> . Alternativa: 2001.  |  |     |
| PIMENTA, Selma Garrido (org.). <b>Estágio e docência</b> . São Paulo: Cortez, 2009.   |  |     |
| PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. <b>Estágio e docência</b> : diferentes concepções. Revista Poíesis. Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006.  |  |     |
| <b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  |  |     |
| BURIOLA, Marta A. <b>O Estágio supervisionado</b> . São Paulo: Cortez, 2008.  |  |     |
| GADOTTI, Moacir. <b>Concepção dialética da educação: um estudo introdutório</b> . São Paulo: Cortez, 2006. 15ª ed.  |  |     |
| MOURA, Dante Henrique. <b>Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica</b> : dualidade histórica e perspectivas de integração. Holos, Ano 23, Vol. 2 – 2007. |  |     |
| PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (orgs.). <b>Professor reflexivo no Brasil</b> : gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.                                 |  |     |
| STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). <b>Dicionário Paulo Freire</b> . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.                              |  |     |

As ementas e especificidades de cada componente curricular que integra o módulo II estão apresentadas a seguir, no Quadro 3, com suas respectivas cargas horárias.

**Quadro 3 – Módulo II: Núcleo Estrutural**

| <b>NÚCLEO ESTRUTURAL</b>  |   |     |
|---|---|-----|
| 1. <b>Organização didático-pedagógica Educação Profissional I</b> | da<br>Didática: Componentes do processo ensino e aprendizagem: recursos e modalidades didáticas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Planejamento educacional. Elementos do planejamento. Plano de ensino. Plano de aula. Gestão da sala de aula. Articulação entre planejamento do | 41h |

|  |   |  |
|--|---|--|
|  | ensino e o Projeto Político e Pedagógico. |  |
| <b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>   |   |  |
| GANDIN, Danilo e CRUZ, Carlos Henrique. <b>Planejamento na sala de aula</b> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.   |   |  |
| VASCONCELLOS, Celso dos S. <b>Construção do conhecimento em sala de aula</b> . São Paulo: Libertad, 2005.  |   |  |
| VEIGA, Ilma Passos (org.). <b>Projeto político-pedagógico: uma construção possível</b> . Campinas, SP: Papirus, 1995.                                |   |  |
| <b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>   |   |  |
| GADOTTI, Moacir. <b>Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido</b> . São Paulo: Paulo Freire, 2001.  |   |  |
| GANDIN, Danilo. <b>A Prática do Planejamento Participativo na Educação</b> . 11. ed. Petrópolis(RJ):Vozes, 2002.                                     |   |  |
| PADILHA, Paulo Roberto. <b>Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico</b> . São Paulo: Cortez, 2003.                       |   |  |
| PIMENTA, Selma Garrido (org.). <b>Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal</b> . São Paulo: Cortez, 2000 |   |  |
| FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da autonomia</b> . São Paulo: Paz e Terra, 1997.   |   |  |

|   |   |     |
|---|---|-----|
| <b>2. Teorias do Currículo</b>  | Concepções de currículo e seus determinantes culturais, históricos, sociais e tecnológicos. Teorias tradicionais. Teorias críticas do currículo. Teorias pós-críticas. Projeto Pedagógico-curricular. Currículo integrado: inter, trans e multidisciplinaridade. História e Cultura Afro-Brasileira e a inclusão social no currículo. | 28h |
| <b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  |   |     |
| APPLE, Michael. <b>Ideologia e currículo</b> . Porto Alegre: Artmed, 2006.  |   |     |
| BRASIL. Ministério da Educação. <b>Lei 10.639, de 10.01.2003</b> - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. |   |     |
| SILVA, Tomaz. Tadeu. <b>Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo</b> . BH: Autêntica1999.   |   |     |
| <b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  |   |     |
| COSTA, Marisa Vorraber (org). <b>O currículo nos limiões do contemporâneo</b> . Rio de Janeiro: DP&A, 2003.   |   |     |
| BRASIL. <b>Lei N° 9.795, de 27 de Abril DE 1999</b> . Dispõe sobre a educação   |   |     |

ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

FERNANDES, Maria Cristina da Silveira; COSTA, Alessandra David Moreira. **Currículo, história e poder**. Florianópolis: Insular, 2006.

MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação Profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010

PADILHA, Paulo Roberto. **Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

|   |   |            |
|---|---|------------|
| <p>3. <b>Teorias da Aprendizagem e o Desenvolvimento Humano</b></p> | <p>Abordagens psicológicas do desenvolvimento e aprendizagem: adolescência e vida adulta. Teorias: Comportamentalista, Cognitivista, Psicanalítica, Sócio-interacionista, Sócio-Histórica, Inteligências Múltiplas. Oficina sobre dificuldades de aprendizagem.</p> | <p>28h</p> |
|---|---|------------|

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GARDNER. H. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LA TAILLE, YVES DE; OLIVEIRA, MARTA KOHL DE. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUM, W. M. **Compreendendo o behaviorismo: Ciência, comportamento e cultura**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

COLL, C.; PALACIOS, J. MARCHESI, A. Marchesi (Orgs.) **Desenvolvimento psicológico e educação**, Porto Alegre: Artes Médicas.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

MORETTO, Vasco Pedro. **Construtivismo – A produção do conhecimento em aula**. 4 ed. Rio Janeiro DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

|  |   |            |
|--|---|------------|
| <p>4. <b>Neurociência e Educação</b></p> | <p>Fundamento neurocientíficos da aprendizagem. O papel das funções cognitivas e das emoções nos processo de ensino-aprendizagem. Neuroplasticidade do cérebro.</p> | <p>28h</p> |
|--|---|------------|

|   |  |  |
|---|--|--|
|   | Compreensão, memória, atenção e percepção nos processos de ensino-aprendizagem. Transtornos da aprendizagem. |  |
| <b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  |  |  |
| COSENZA, R.M.; GUERRA, L.B. <b>Neurociência e Educação</b> : como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.                                    |  |  |
| ILLERIS, KNUD. <b>Teorias contemporâneas da aprendizagem</b> . São Paulo: ARTMED, 2012.   |  |  |
| MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. <b>A árvore do conhecimento</b> : as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas. Athena, 2012. |  |  |
| <b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  |  |  |
| BECKER, Fernando. <b>Educação e construção do conhecimento</b> . Atmed: São Paulo, 2012.  |  |  |
| HEBER, Maia (org.). <b>Neuroeducação e Ações Pedagógicas</b> . Editora Wak: Coleção Neuroeducação Vol. 4.   |  |  |
| LENT, R. <b>Cem Bilhões de Neurônios</b> . São Paulo: Atheneu, 2004.  |  |  |
| MATURANA R., Humberto. <b>Cognição, ciência e vida cotidiana</b> . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.  |  |  |
| RELVAS, Marta Pires. <b>Neurociência na Prática Pedagógica</b> . Editora Wak, 2012.   |  |  |

|   |  |     |
|---|--|-----|
| <b>5. Inclusão Educacional</b>  | Inclusão Educacional: trajetória e concepções. Políticas e legislações sobre a Educação Inclusiva no Brasil. Inclusão em espaços educativos. As possibilidades de recursos teóricos e didático-metodológicos para a prática inclusiva na rede regular de ensino, na sociedade em geral e no mundo virtual. | 28h |
| <b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  |  |     |
| BAPTISTA, Cláudio Roberto (org.). <b>Inclusão e escolarização</b> : múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.                           |  |     |
| BEYER, Hugo Otto. <b>Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais</b> . Porto Alegre: Mediação, 2005.           |  |     |
| MAZZOTTA, Marcos J. S. <b>Educação especial no Brasil: História e Políticas Públicas</b> . 5.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005                    |  |     |
| PACHECO, José. <b>Caminhos para a inclusão</b> : um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.                        |  |     |
| SONZA, Andréa. <b>Soluções Acessíveis</b> : experiências inclusivas no IFRS. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2014. |  |     |

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: 2007. Disponível em: [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf). Acessado em 20 de setembro 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 10.639, de 10.01.2003** - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção cotidiano escolar).

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri e BAUMEL, Rosely C. R. de Carvalho (orgs). **Educação Especial**: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

|   |                     |     |
|---|---------------------|-----|
| 6. <b>Trabalho de Conclusão de Curso II</b> | Projeto de Pesquisa | 15h |
|---|---------------------|-----|

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2006.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2004.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick) . Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick) . Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso: O princípio da pesquisa**. Ijuí: UNIJUI, 2003.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

|            |   |     |
|------------|---|-----|
| Estágio II | Observações de aulas na Educação Profissional: integrado, subsequente e PROEJA. | 75h |
|------------|---|-----|

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Alternativa: 2001.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2009.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Ana Maria Araújo Freire (org.). São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. São Paulo: Paulo Freire, 2001.

PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência: diferentes concepções**. Revista Poiesis. Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006.

ROLA, Marta A. **O Estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2008.

As ementas e especificidades de cada componente curricular que integra o módulo III estão apresentadas a seguir, no Quadro 4, com suas respectivas cargas horárias.

#### Quadro 4 – Módulo III: Núcleo Integrador

| NÚCLEO INTEGRADOR  |  |     |
|--|--|-----|
| 1. <b>Organização didático-pedagógica da Educação Profissional II</b>  | Abordagens metodológicas. Diferentes paradigmas em avaliação. Avaliação educacional: da aprendizagem e institucional. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem numa perspectiva emancipatória. | 31h |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA  |  |     |
| CARVALHO, Marie Jane Soares; PORTO, Leonardo Sartori. <b>Portfólio Educacional</b> . Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.          |  |     |
| ESTEBAN, Maria Teresa (org.). <b>Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos</b> . Petrópolis, RJ: DP <i>et al</i> , 2008. |  |     |
| LUCKESI, Cipriano. <b>Avaliação da aprendizagem escolar</b> . São Paulo: Cortez, 2005.   |  |     |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR  |  |     |
| CATANI, Denice Barbara; GALLEGOS, Rita de Cassia. <b>Avaliação</b> . UNESP, 2010.  |  |     |
| ESTEBAN, Maria Teresa. <b>O que sabe quem erra: reflexões sobre avaliação</b>  |  |     |

**e fracasso escolar.** Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

PACHECO, José. **A avaliação da aprendizagem na Escola da Ponte.** Editora Wak, 2012.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar.** São Paulo: Libertad, 2000.

|  |   |     |
|--|---|-----|
| <b>2. Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Profissional</b> | Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Softwares aplicativos. Software livre na educação. Ambiente virtual no processo de ensino e aprendizagem. Educação a Distância. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA). Tecnologias Assistivas. | 24h |
|--|---|-----|

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MORAN, Jose Manuel. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas: Papirus, 2000.

ROSINI, Alessandro Marco. **As novas tecnologias da informação e a Educação à Distância.** São Paulo: Thomson Kearning, 2007.

SAMPAIO, Marisa Narcizo; LEITE, Lígia. **Alfabetização tecnológica do professor.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 10.639, de 10.01.2003** - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 9.795, de 27 de Abril DE 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

DURAN, David; VIDAL, Vinyet. **Tutoria: aprendizagens entre iguais.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

MOORE, Michel G. **Educação à distância: uma visão integrada.** São Paulo: Thomson, Learning, 2007.

PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância: experiências e estágio da discussão numa visão internacional.** São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006.

|   |   |     |
|---|---|-----|
| <b>3. Educação Profissional de Jovens e Adultos</b> | Percurso e contextos da EJA no Brasil. A EJA frente às Políticas Públicas. Questões cognitivas, culturais, geracionais e sociais. Metodologias de ensino-aprendizagem em EJA. PROEJA. | 18h |
|---|---|-----|

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALZAN, Carina Fior Postinger; ZORZI, Fernanda; MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko. **Refletindo sobre PROEJA**: produções de Bento Gonçalves. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013. (Cadernos PROEJA III)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Documento base**. Educação Profissional Técnica de Nível Médio/ensino médio. Brasília, ago. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARCELLOS, Valdo. **Avaliação na Educação de Jovens e Adultos**. Vozes, 2014.

BARCELOS, Valdo. **Formação de Professores para educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. 108 p.

BARCELOS, Valdo. **Educação de Jovens e Adultos: currículo e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 142 p.

PALMA, Gisele; BALZAN, Carina Fior Postinger; PEIXOTO, Juciara Paganella. **Cores, saberes e sabores: professores em formação**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013. (Parfor – Licenciatura em Pedagogia)

SOARES, Leôncio et al. (org). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

|                  |   |     |
|------------------|---|-----|
| <b>4. LIBRAS</b> | História da Educação de Surdos. Cultura e Identidade surda. A Educação bilíngue para surdos e a inclusão. | 31h |
|------------------|---|-----|

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KARNOPP, L.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. **Cultura Surda na Contemporaneidade** - negociações, intercorrências e provocações. Porto Alegre: ULBRA, 2011.

QUADROS, R.M.; CRUZ, C.R. **Língua de Sinais: Instrumentos de avaliação**. Artmed, 2010.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha [et al]. **LIBRAS: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

QUADROS, R.M. & Karnopp. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos lingüísticos. Editora ArtMed. Porto Alegre. 2004.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. (Orgs) **Currículo e Avaliação**: A diferença surda na escola. Edunisc: 2009.

|   |  |            |
|---|--|------------|
| <p><b>5. Educação em Direitos Humanos</b></p> | <p>Educação como direito. Dignidade humana. Igualdade de direitos; igualdade racial. Valorização das diferenças e das diversidades; Laicidade do Estado; democracia na educação; Direitos Humanos como conteúdo transversal; vivência e globalidade na prática educativa; sustentabilidade socioambiental. Escola Justa. Práticas restaurativas. Cultura de paz.</p> | <p>22h</p> |
|---|--|------------|

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação em Direitos Humanos**: formação de professores(as). São Paulo: Cortez, 2013.

PELIZZOLI, M. L.; SAYÃO, Sandro (orgs.). **Fragmentos filosóficos**: direitos humanos e cultura de paz. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

SCHILLING, Flávia. **Educação e Direitos humanos**: percepções sobre a escola justa. São Paulo: Cortez, 2014.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 30 de maio de 2012

CARDOSO, Fernando da Silva; CAVALCANTI, Maria de Fátima Silveira; LUNA, Maria José de Matos (Orgs.). **Cultura de paz**: gênero, sexualidade e diversidade. Editora Universitária da UFPE, 2014.

PELIZZOLI, M L; SAYÃO, Sandro (orgs.). **Diálogo, mediação e justiça restaurativa**: cultura de paz. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

PELIZZOLI, M. L. **Ética e meio ambiente pra uma sociedade sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

|  |  |            |
|--|--|------------|
| <p><b>6. Formação e Profissionalização docente</b></p> | <p>Identidade profissional docente. Saberes docentes. Docência e qualidade de vida. Professor Pesquisador.</p> | <p>24h</p> |
|--|--|------------|

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2012.

MACHADO, Lucília. **Diferenciais inovadores na formação de professores**

**para a educação profissional**, in: Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica: Brasília, 2008. Volume I.

MOURA, Dante Henrique. **A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica**, in: Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica: Brasília, 2008. Volume I.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Saberes docentes e autonomia dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 20012.

NOVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. 2. Ed. Porto: Porto Editora, 2007

PIMENTA, Selma Garrido. (org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes & formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

|   |       |  |     |
|---|-------|--|-----|
| <b>7. Trabalho de Conclusão Curso III</b> | de de | Normas de elaboração de Artigo Científico. | 15h |
|---|-------|--|-----|

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick) . Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Editora Vozes, 2003.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick) . Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2004.

MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso: O princípio da pesquisa**. Ijuí: UNIJUI, 2003.

DENZIN, Norman K. LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2006.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

|   |  |      |
|---|--|------|
| Estágio III   | Prática docente na Educação Profissional Técnica de nível Médio. | 150h |
| PIMENTA, Selma Garrido (org.). <b>Estágio e docência</b> . São Paulo: Cortez, 2009. |  |      |

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência:** diferentes concepções. Revista Poíesis. Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006.

RIOLA, Marta A. **O Estágio supervisionado.** São Paulo: Cortez, 2008.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FRANCO, Maria Amélia do Rosário. **Pedagogia e prática docente.** São Paulo: Cortez, 20012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** Ana Maria Araújo Freire (org.). São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho:** ensinar e aprender com sentido. São Paulo: Paulo Freire, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola:** Teoria e Prática. Alternativa: 2001.

PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil:** gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

## **12. EIXOS TRANSVERSAIS**

Esse Programa Especial de Formação de Professores para Educação Profissional contempla com base em instrumentos legais e em paradigmas educacionais emancipatórios, três eixos transversais: Educação Ambiental, Direitos Humanos e a Educação nas relações Étnico-Raciais.

### **12.1. Educação Ambiental**

A Política Nacional de Educação Ambiental é regulamentada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que propõe a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que são voltadas para a discussão sobre questões socioambientais, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Por ser um instrumento de transformação social, a Educação Ambiental envolve múltiplas dimensões. Para atingir a mudança ambiental, faz-se necessário uma mudança sociocultural. Numa discussão com base teórica problematizada na prática e no contexto político, coletivo e emancipatório, com mudanças nos processos educativos formais. Portanto, contemplado esse tema transversal na formação de professores, sua prática poderá ser pautada no saber ambiental.

## 12.2. Educação em Direitos Humanos

A Resolução N° 1, de 30 de maio de 2012, estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos e tem como finalidade promover a educação e a transformação social.

Em conformidade com o com o Art. 3º a Educação em Direitos Humanos fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I – dignidade humana;
- II – igualdade de direitos;
- III – reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV – laicidade do Estado;
- V – democratização na educação;
- VI – transversalidade, vivência e globalidade;
- VII – sustentabilidade socioambiental.

A temática da Educação em Direitos Humanos, como eixo transversal, visa promover reflexões no espaço educativo relativas às práticas democráticas, que levem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, além de promover e ampliar a visão de direitos humanos e da diversidade cultural e social.

## 12.3. A Educação das Relações Étnico-Raciais

A Educação das Relações Étnico-Raciais é regulamentada pela Lei N° 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio. O Parecer do CNE/CP 03/04 detalha os direitos e obrigações dos entes federados ante a implementação da Lei e a Resolução CNE/CP N° 01, de 17 de junho de 2004 trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Cabe ressaltar que no Art. 1º:

A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de Ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores (BRASIL, 2004).

Diante disso, caberá às instituições de ensino superior incluir as Relações Étnico-Raciais nos conteúdos e atividades curriculares dos seus cursos regulares, portanto, faz-se necessário que nos cursos de formação de professores efetive-se tal discussão.

No âmbito dos Institutos Federais, tais ações vêm sendo trabalhadas com as políticas voltadas para a afirmação da diversidade cultural, através do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), que desenvolve atividades com essa temática. Desse modo, compreende-se que esse eixo, além de ser desenvolvido em ações pelo NEABI, também deve fazer parte dos conteúdos e atividades curriculares em todas as modalidades de ensino.

### **13. METODOLOGIA DE ENSINO**

A metodologia de ensino será desenvolvida em um processo de construção participativa, envolvendo: leitura e análise de livros e textos, construção de trabalhos individuais e em grupos; apresentações de vídeos ilustrativos, aulas expositivas e dialogadas, dinâmicas de grupos, análises de filmes e músicas. Além das metodologias diversificadas, o curso propõe alternar os ambientes pedagógicos conforme a proposta planejada para cada encontro, como: sala de aula, mini auditório, laboratório de informática e biblioteca. As Rodas de Conversas serão priorizadas para estimular ao debate e à perspectiva pedagógica da horizontalidade e do professor formar-se ao formar.

O curso tem como proposta a escrita recursiva, isto é, estimular aos estudantes à escrita e à reescrita, aprimorando o diálogo crítico com os autores.

Outro aspecto relevante da metodologia do curso é o estímulo à participação e publicações em eventos na área da Educação, em especial da Educação Profissional. O incentivo à participação das atividades de extensão e a divulgação dos projetos de pesquisa do Câmpus que selecionam bolsistas, em especial às pesquisas ligadas à Educação Profissional.

Há também o incentivo à participação nos seguintes grupos de pesquisas da área da Educação atuantes no Câmpus Rio Grande: Grupo de

Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica – GPEPT e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental – GEPEA.

Outro método de ensino presente no Programa Especial de Formação Pedagógica para Docentes da Educação Profissional será a realização de aulas abertas, com a presença de convidados militantes em áreas que se inter-relacionam com os Direitos Humanos.

#### **14. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A avaliação, compreendida como parte integrante de todo o processo de ensino e aprendizagem ao ser entendida como emancipatória, processual e contínua, consiste em acompanhar a aprendizagem do estudante por meio de diferentes instrumentos. Pressupõe que o processo de aprendizagem seja emancipatório, dialógico e permeado por mediações e estratégias que oportunizem a compreensão crítica do mundo e sua transformação.

Diante destes pressupostos, a avaliação será realizada por meio de instrumentos que valorizem a escrita fundamentada, a partir da leitura crítica dos referenciais que subsidiam os temas trabalhados. Cada conteúdo contará com pelo menos um instrumento escrito. Os resultados da avaliação serão expressos em pareceres e as atividades de recuperação serão realizadas em conformidade com a Organização Didática<sup>8</sup>.

Os pareceres descritivos sobre cada estudante serão realizados a partir do diário que será disponibilizado para cada professor no início do componente curricular. Nele serão registrados aspectos relevantes sobre o percurso de cada estudante durante as aulas e atividades propostas. Ao final de cada Módulo será realizada uma Roda de Conversa entre os docentes do curso e, a partir dos diários de cada professor, serão elaborados os pareceres descritivos.

As categorias e critérios prévios a serem considerados para o registro são:

---

<sup>8</sup> Organização Didática – OD é o documento que reunirá, de forma unificada, toda a regulamentação dos procedimentos didáticos pedagógicos e administrativos, relativos aos processos educacionais do IFRS em consonância com a legislação vigente, com as regulamentações do Conselho Nacional de Educação, com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IFRS.

| <b>CATEGORIAS</b>              | <b>CRITÉRIOS</b>  |
|--------------------------------|---|
| Aulas                          | Envolvimento e realização das atividades propostas, diálogo com autores, mudanças nas concepções pedagógicas e frequência de 75% de presença.             |
| Trabalho de Conclusão de Curso | Diálogo com os autores, entrega dos fichamentos, cumprimento aos prazos solicitados, relevância do tema para a Educação Profissional e escrita recursiva. |
| Estágio Curricular             | Reflexão sobre a prática, diálogo com os autores, contextualização dos conteúdos.   |

A condição Aprovado ou Não Aprovado em cada módulo será atribuída em cada componente curricular, no estágio e no TCC correspondente a cada módulo. Em caso de não aprovação em um destes aspectos o estudante deverá cursar novamente o módulo na oferta da próxima turma.

Será considerado aprovado no Curso, o estudante que obter aprovação em todos os módulos, além da apresentação pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), relacionado à prática docente na Educação Profissional. É exigida frequência mínima de 75% conforme Lei N° 9394/96.

Como possibilidade de avaliação, o Regime Domiciliar dá ao estudante o direito de realizar atividades escolares em seu domicílio quando houver impedimento de frequência às aulas, sem prejuízo na sua vida acadêmica, e será realizado conforme as orientações do Decreto-Lei N° 1044, de 21 de outubro de 1969 e conforme a Resolução do IFRS sob N° 03 de 31 de maio de 2013, que dispõe sobre a regulamentação da Avaliação em segunda chamada, e do regime de estudos domiciliares aplicadas aos cursos regulares oferecidos pelo Câmpus Rio Grande.

Ao estudante que faltar a qualquer um dos momentos das avaliações, será facultado o direito à nova oportunidade se requerida à Secretaria de Registros Acadêmicos ou setor equivalente, através de preenchimento de documento próprio, conforme Resolução nº03 de 31 de maio de 2013 do Câmpus Rio Grande do IFRS.

## **15. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS**

Está regulamentado tanto o aproveitamento de estudos quanto a certificação de conhecimentos pela Resolução nº 83 de 28 de julho de 2010.

## **16. ESTÁGIO CURRICULAR**

O estágio curricular configura-se com um tempo/espaço para formação docente, na medida em que possibilita a articulação entre referenciais teóricos e práticos.

Proporcionar formação de professores mediante uma proposta que reconheça o estágio como um dos componentes curriculares fundamentais para a qualidade dos processos formativos e construção de saberes docentes significa investir numa formação contextualizada e articulada a uma prática social compromissada (PIMENTA, 2010). Portanto, o objetivo do estágio é proporcionar aos estudantes de formação pedagógica uma base reflexiva, pois ele se configura como campo de conhecimento.

[...] o estágio como campo de conhecimento, atribuindo-lhe um estatuto epistemológico que supere sua tradicional redução à atividade prática instrumental. [...] Campo de conhecimento que se produz na interação entre cursos de formação e o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas, o estágio pode se constituir em atividade de pesquisa. (PIMENTA, 2010, p. 29).

Pimenta (2010) considera o estágio como o eixo articulador na formação de professores, pois é por meio dele que o profissional com formação pedagógica tem a oportunidade de conhecer e repensar situações fundamentais para a construção da identidade e dos saberes docentes. Entretanto, é importante considerar que o estágio precisa estar articulado com oportunidades de estudo e de investigação.

Outro aspecto fundamental é a possibilidade de que o estudante de um programa especial de formação pedagógica desenvolva uma postura de pesquisador. A pesquisa se torna, portanto, em uma ação pedagógica coletiva, participativa, dialogada e contextualizada.

Assim, o estágio prepara para um trabalho docente coletivo, uma vez que o ensino não é um assunto individual do professor, pois a tarefa escolar é resultado das ações coletivas dos professores e das práticas institucionais, situadas em contextos sociais, históricos e culturais (PIMENTA, 2010, p. 56).

Assim, o estágio aqui proposto requer uma participação efetiva dos estudantes e dos orientadores, para que se apresente como uma possibilidade de repensar, desconstruir e refletir sobre as práticas docentes a fim de reconstruí-las.

Com base nesse contexto, o estágio curricular do Programa Especial de formação pedagógica para docentes da Educação Profissional será realizado concomitantemente ao desenvolvimento dos módulos e envolverá, além das atividades práticas de sala de aula (a preparação, as aulas e sua avaliação), todas as atividades próprias da vida da escola, conforme regulamentação específica. O estágio deverá ser realizado em instituições que ofereçam a Educação Profissional e terá a orientação do IFRS, a partir de processos dialógicos com os sujeitos envolvidos. No primeiro Módulo será realizado um estudo sobre uma instituição escolar de Educação Profissional. No segundo, serão realizadas observações de aulas nas modalidades PROEJA, Subsequente e Integrado. E no terceiro Módulo, será realizada a prática docente na Educação profissional.

## **17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), necessariamente, deverá estar vinculado aos temas relativos à prática docente na educação profissional, conforme regulamentação própria devendo ser desenvolvido ao longo dos semestres. Ao final, deverá ser apresentado publicamente.

## **18. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E BIBLIOTECA**

Os quadros de instalações e equipamentos necessários para o funcionamento do curso estão mostrados na tabela 13.1, a seguir.

### **18.1. Área Física das Instalações**

| NOME DA INSTALAÇÃO                 | UNIDADES | ÁREA FÍSICA TOTAL (m <sup>2</sup> ) |
|------------------------------------|----------|-------------------------------------|
| Sala de Permanência de Professores | 10       | 80                                  |
| Banheiro                           | 02       | 50                                  |
| Sala de Audiovisual                | 01       | 20                                  |
| Salas de Aulas                     | 02       | 96                                  |
| Biblioteca                         | 01       | 600                                 |
| Laboratórios de Informática        | 02       | 20                                  |
| Laboratório de Ensino              | 01       | 20                                  |
| Sala para Grupo de Pesquisa        | 01       | 20                                  |
| Sala para a coordenação do curso   | 01       | 20                                  |
| Secretaria                         | 01       | 50                                  |
| CORE                               | 01       | 20                                  |
| Coordenação Pedagógica             | 01       | 36                                  |
| NAS, NAPNE, CAE                    | 03       | 48                                  |
| <b>TOTAL</b>                       |          | <b>1.080</b>                        |

## 19. PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Na estrutura organizacional do IFRS Câmpus Rio Grande, os profissionais que compõem o quadro de servidores e estão diretamente ligados ao curso Programa Especial de Formação Pedagógica para Docente da Educação Profissional, estão indicados, na tabela 14.1, a seguir.

### 19.1. Efetivos de técnicos

| TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO | Qualificação | Regime |
|--------------------------------------|--------------|--------|
| <b>DIREÇÃO DE ENSINO</b>             |              |        |
| Núbia da Rosa Bachini                | Mestre       | 40 h   |
| <b>COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA</b>        |              |        |
| Aliana Anghinoni Cardoso             | Mestre       | 40 h   |
| Caroline da Silva Ança               | Mestre       | 40 h   |
| Thais de Oliveira Nabaes             | Mestre       | 40 h   |
| Angélica Teixeira da Silva Leitzke   | Graduada     | 40 h   |

|                                |          |      |
|--------------------------------|----------|------|
| Laís Cirne Ávila de Souza      | Graduada | 40 h |
| Roberta Valeska Santana Vieira | Graduada | 40 h |

#### COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

|                               |              |      |
|-------------------------------|--------------|------|
| Letícia Pinho Jerônimo        | Especialista | 40 h |
| Luiz Eduardo Nobre dos Santos | Graduado     | 40 h |
| Aline Simões Menezes          | Especialista | 40 h |

#### COORDENAÇÃO DE REGISTROS ESCOLARES

|                            |              |      |
|----------------------------|--------------|------|
| Ionara Cristina Albani     | Especialista | 40 h |
| Taisson Ibeiro Furtado     | Graduado     | 40 h |
| Patrícia Zenobini Fossati  | Graduado     | 40 h |
| Patrícia Teixeira Monteiro | Graduada     | 40 h |
| Gabriela Luvielmo Medeiros | Mestrado     | 40 h |
| Leandro Sayão Rubira       | Graduado     | 40 h |
| Cíntia Duarte Mirco        | Mestrado     | 40 h |

#### COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA

|                         |              |      |
|-------------------------|--------------|------|
| Bianca da Silva Marques | Especialista | 40 h |
| Cíntia Faria Teixeira   | Graduado     | 40 h |
| Josiane Silva da Silva  | Especialista | 40 h |
| Muriel de Oliveira      | Graduada     | 40 h |

#### COORDENADORIA DE RELAÇÕES EMPRESARIAIS

|                                    |              |    |
|------------------------------------|--------------|----|
| Lúcia Helena Mendes Borges Barbosa | Especialista | 40 |
|------------------------------------|--------------|----|

## 20. CORPO DOCENTE

O corpo docente do Programa Especial de Formação Pedagógica será constituído pelos seguintes professores do IFRS:

| DOCENTE/TITULAÇÃO   | COMPONENTE CURRICULAR   |
|---|---|
| Alexandre Jesus da Silva Machado<br>Dr. Informática na Educação | Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Profissional  |
| Cleiva Aguiar de Lima<br>Dra. Educação Ambiental                | Fundamentos da Educação Profissional; Pesquisa em Educação; Trabalho de Conclusão de Curso I; Estágio I; Organização didático-pedagógica da Ed. |

|  |  |
|--|--|
|  | Profissional I; Teoria da Aprendizagem e o Desenvolvimento Humano; Formação e Profissionalização docente; Trabalho de Conclusão de Curso III   |
| Daner Silva Martins<br>MsC. Ensino da Matemática                     | Inclusão Educacional   |
| Luis Humberto Ferrari Loureiro<br>Dr. Educação em Ciências           | História da Educação Profissional no Brasil; Políticas e Legislação da Educação Profissional; Teorias da Educação; Teorias do Currículo; Neurociência e Educação; Educação Profissional de Jovens e Adultos; Formação e Profissionalização docente.  |
| Márcia Cristina Souza Madeira Malta Pinto<br>MsC. Educação Ambiental | História da Educação Profissional no Brasil; Políticas e Legislação da Educação Profissional; Teorias da Educação; Trabalho de Conclusão de Curso I; Estágio I; Organização didático-pedagógica da Ed. Profissional I; Teorias do Currículo; Teoria da Aprendizagem e o Desenvolvimento Humano; Trabalho de Conclusão de Curso II; Estágio II; Organização didático-pedagógica da Educação Profissional II; Educação em Direitos Humanos; Estágio III. |
| Patrícia Anselmo Zanotta<br>MsC Engenharia Química                   | Estágio II; Estágio III.   |
| Paulo Valério Saraçol<br>Dr. Educação em Ciências                    | Juventude, Educação e Trabalho; Pesquisa em Educação; Neurociência e Educação; Trabalho de Conclusão de Curso II; Educação Profissional de Jovens e Adultos.   |
| Viviani Rios Kwecko<br>MsC. Educação                                 | Teoria da Aprendizagem e o Desenvolvimento Humano; Trabalho de Conclusão de Curso III.   |
| Vinícius Lima Lousada<br>Dr. Educação                                | Organização didático-pedagógica da Educação Profissional II; Educação em Direitos Humanos. Estágio III.  |

## 21. TITULAÇÃO DO EGRESSO

Ao egresso do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para Educação Profissional, será conferido o certificado equivalente à Licenciatura plena em Educação Profissional nos componentes curriculares específicos de sua área de formação.

## 22. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

O Núcleo Docente Estruturante é um órgão consultivo, formado por um conjunto de professores do curso, designados pelo Colegiado do Curso, os quais têm responsabilidades como o acompanhamento, e que atua no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do seu respectivo Curso.

O NDE apresenta atribuições como: elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou estrutura curricular e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica do curso para apreciação; Manter atualizado o PPC, considerando os interesses da Instituição e encaminhar as propostas de reestruturação curricular ao Colegiado do Curso; avaliar os Planos de Ensino das disciplinas do curso, adequando-os ao PPC; acompanhar, atualizar, articular e adequar o PPC de acordo com a Comissão; propor programas ou outras formas de capacitação, visando a formação e levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso;

Considerando que o Programa Especial de Formação Pedagógica para Docentes da Educação Profissional é uma adequação do curso de Licenciatura para Educação Profissional e Tecnológica, o documento que regulamenta o NDE do Programa Especial também será uma adequação do curso de Licenciatura mencionado.

### **23. COLEGIADO DO CURSO**

A atuação do Colegiado dos Cursos Superiores do IFRS Câmpus Rio Grande é regulamentada pela Resolução nº 01 de janeiro de 2013 (em anexo). O Colegiado dos Cursos de Graduação é um órgão normativo, consultivo e deliberativo e tem a finalidade de acompanhar a elaboração de Projeto Pedagógico, alterações curriculares, planejar e avaliar atividades ligadas ao curso.

A composição do Colegiado é realizada por eleição entre os pares. Constituem o Colegiado: o coordenador do curso, quatro docentes em efetivo exercício, um técnico administrativo ligado à área do curso e um discente.

## 24. AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso ocorrerá por meio de três instâncias:

- a. Avaliação Externa: prevista pela Lei 10861 de 14 de abril de 2004 – SINAES realizada por avaliadores do Ministério da Educação – MEC mediante instrumento cadastrado em formulário eletrônico e, após em visita *in loco*.
- b. Avaliação Interna: realizada pela própria instituição. Considerando que o IFRS tem vários Câmpus, a avaliação interna é realizada pela subcomissão própria de avaliação – SPA de cada Câmpus. Nesse processo são registrados os posicionamentos de estudantes, professores e técnicos, após análise, são elaborados gráficos e os sujeitos avaliados são procurados pela SPA para receberem os resultados. Após, cada coordenador de curso ou setor, decide a melhor alternativa para melhorar e aprimorar o setor.
- c. Avaliação do estudante sobre o curso: realizada pela coordenação do curso, os estudantes constroem um instrumento de avaliação em aula após lerem e discutirem sobre o tema. Ao final de cada Módulo, cada estudante responde ao instrumento que é analisado pelos professores do curso e fica a cargo do NDE criar alternativas de melhora para o curso.

## 25. CASOS OMISSOS

Os casos omissos terão como instancia deliberativa o Colegiado do Curso.

## 26. REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 28, de 02 de outubro de 2001**. Brasília, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 02, de 26 de junho de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 de julho de 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 02, de 19 de fevereiro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 de março de 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1044, de 21 de outubro de 1969. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de outubro de 1969.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL, Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 de dezembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 4059, de 10 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de dezembro de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 de setembro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**: Concepção e diretrizes. Brasília: PDE, 2010.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE BENTO GONÇALVES. **Projeto do Curso de Formação de Professores para os componentes curriculares da Educação Profissional**. Bento Gonçalves: CEFET BG, 2008.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. **Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes**. Belo Horizonte: CEFET MG, 1999.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do RS: 2009 – 2013**. Bento Gonçalves, IFRS, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Instrução Normativa nº 06/2010, de 20 de outubro de 2010**. Bento Gonçalves, IFRS, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica**. Rio Grande, IFRS, 2010.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. V. 1, n. 1, (jun. 2008). Brasília: MEC, SETEC, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2010.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Programa Especial de Formação Pedagógica da UTFPR**. Curitiba: UTFPR, 2007.